

O PROFESSOR E A ARTE DE ARGUMENTAR

Teachers and the art of argumentation

Christine Sant'Anna de ALMEIDA (LAEL – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil)

Resumo

Este trabalho investiga a evolução da Argumentação, os enfoques que esta tem recebido ao longo da história (LEAL E MORAIS, 2006; MOSCA, 2004; OSKABE, 1999; PISTORI, 2001; PONTECORVO, 2005, RIBEIRO, 2009), fazendo conexões desses diferentes entendimentos com o papel do professor (ALMEIDA FILHO, 1999; CELANI, 2001), destacando o que é ser um bom professor na atualidade, sob a ótica da Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 1996), bem como a necessidade de haver programas de formação que contemplem a Argumentação em seus programas.

Palavras-chave: *argumentação; professor; formação de professores, professor argumentador.*

Abstract

This paper investigates the evolution of Argumentation, as well as the focuses it has received throughout history (LEAL E MORAIS, 2006; MOSCA, 2004; OSKABE, 1999; PISTORI, 2001; PONTECORVO, 2005, RIBEIRO, 2009), making connections of such different understandings with the role of the teacher (ALMEIDA FILHO, 1999; CELANI, 2001), emphasizing what being a good teacher is nowadays, from the perspective of Applied Linguistics (MOITA LOPES, 1996), as well as the need of teacher education programs that include Argumentation in their curriculums.

Key words: *argumentation; teacher; teacher education; argumentative teacher.*

1. Introdução

O vocábulo *professor*, consoante o dicionário Michaelis (MICHAELIS, 2009), é um substantivo que tem origem no termo latino *professore* e significa aquele que professa ou ensina uma ciência, uma arte ou uma língua (ANTUNES, 2001; HOUAISS E VILLAR, 2001). O vocábulo *argumentação*, de acordo com o mesmo dicionário, também tem origem no Latim, na palavra *argumentari* e é um substantivo que está

associado ao verbo *argumentar* que, segundo os lexicógrafos Houaiss e Villar (2001), significa “apresentar razões contra ou a favor (de alguma coisa)” e por Abreu (1999, p. 25) “a arte de convencer e persuadir”.

No viés das descrições acima, defendo a tese de Hall (2001) de que, na sociedade pós-moderna em que vivemos, a atividade de tal “professor” não se restringe apenas à de transmissor de conhecimentos e, por isso, a habilidade de bem argumentar, agregada às demais habilidades que o exercício da profissão demanda, pode favorecer o trabalho daquele que ensina. São várias as nuances que afetam a profissão do atual educador¹, entre as quais se pode mencionar o desinteresse do alunado, a presença da indisciplina, a celeridade das informações e a afluência do mundo virtual, tão atraente aos olhos dos jovens. Assim, acredito que o professor, inserido nesse novo contexto de trabalho pode ter seu trabalho facilitado se tiver como parceira sua própria audiência, os alunos.

A Linguística Aplicada – doravante LA – é uma área de investigação que dirige seu olhar, entre outras questões, para as “questões relativas ao uso da linguagem em sala de aula” (MOITA LOPES, 1996, p. 11) e preza por um professor que compreenda e atenda as demandas que lhe são colocadas. Uma delas é aprender a lidar com os alunos de hoje, e outra é convidá-los aos estudos – o que pode ser uma iniciativa do professor. Nesse contexto, concordo com a afirmação de que “é preciso chegar aos nossos alunos, ao invés de esperar que eles cheguem até nós” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 11). Como ilustrado – neste e no parágrafo anterior – demandas das mais diversas ordens direcionam o professor a ser mais cuidadoso com sua linguagem, a se fazer mais próximo do seu público, a aproveitar mais sua capacidade oratória, tentando fazer com que, por meio dela, seu alunado seja seu aliado (o que facilitaria muito o trabalho do professor).

Este artigo desenvolve uma pesquisa bibliográfica: aborda o entendimento que a LA tem acerca do que é ser um bom professor na atualidade e, em seguida, a evolução do conceito de Argumentação. Pelo próprio objetivo do tema, optei por uma perspectiva cuja natureza é histórica. Este trabalho está dividido em cinco seções, sendo esta, a

¹O “educador” ao qual me refiro neste artigo é aquele professor de todo dia, com suas várias turmas abarrotadas de alunos, que não apenas reproduz um conhecimento, mas que é cumpridor de suas tarefas profissionais, preocupado com sua formação, praticante da busca pelo “diferente” para aguçar o interesse de seus discentes, que reflete sobre sua prática, e que consegue intervir na formação intelectual, moral e ética de seus alunos.

primeira, introdutória, que será seguida pela seção na qual trato do entendimento acerca do que é ser “um bom professor”. A seção três traz um levantamento histórico do termo Argumentação. Nela, apresento compreensões atribuídas ao termo no decurso da história e discuto o papel do professor como “um bom argumentador”. A quarta seção é dedicada a uma proposta de formação de professores que contemple a Argumentação em seu currículo. Finalmente, a quinta seção contém considerações finais de correntes do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

2. O bom professor

A escola sonhada, desejada e almejada pela sociedade, também descrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB (BRASIL, 1996), é aquela que “assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura em suas várias manifestações” (LIBÂNEO, 2011, p. 9). São, assim, várias as tarefas que a Educação assume, pois a concepção da Escola como um espaço de aprendizado unicamente acadêmico não condiz com a formação de cidadãos participantes e atuantes nas diversas instâncias da vida social.

O ofício do professor é constantemente marcado por avanços tecnológicos, científicos, comportamentais, econômicos, políticos e éticos – caracterizando seu cotidiano como “ao mesmo tempo, singular e desafiador” (MICCOLI, 2013, p. 20). A cada dia, uma nova informação, um novo perfil de alunado, novas exigências de mercado para as quais o aluno precisa ser preparado, entre outros aspectos, exigem que o professor desempenhe papéis plurais que demandam constante aperfeiçoamento. Não é, portanto, uma profissão “meramente técnica de especialistas infalíveis que transmitem unicamente conhecimentos acadêmicos” (IMBERNÓN, 2002, p. 29) e sim, uma profissão que demanda um conhecimento polivalente que compreenda diferentes âmbitos: desde o sistema no qual sua instituição de ensino se insere, os problemas que dão origem à construção de conhecimentos, passando pelos conhecimentos de ordem pedagógica, metodológico-curricular, até o conhecimento contextual e dos próprios sujeitos da educação, que se encontram em cada sala de aula. Um *super professor*,

talvez? Penso que não, mas defendo que *um quê* de multifuncionalidade faz parte da profissão de ensinar.

Muitos são os trabalhos na LA e em áreas de conhecimento com que dialoga que preconizam o perfil do bom, e portanto desejável, professor de línguas estrangeiras² (BROWN, 2001; CELANI, 2001; MICCOLI, 2013) ou que discorrem sobre que papéis e competências que o professor deva desempenhar (ALMEIDA FILHO, 1993, 1999; ANTUNES, 2004; BASSO, 2001; CANALE & SWAIN, 1980; CELANI, 2001; CELCE-MURCIA, 1991; CONSOLO E SILVA, 2007; HARMER, 1994; HYMES, 1972; MELLO, 1987; PERRENOUD, 2000; PERRENOUD, 2002; SCHÖN, 2000). Em linhas gerais, há consenso entre os linguistas aplicados acerca das características desejáveis de um bom professor: ter uma visão humanista, ser reflexivo em sua prática, ter domínio do conteúdo com o qual trabalha; ter clareza ao expor suas ideias; ser capaz de cultivar uma boa relação interpessoal com seu alunado; ter conhecimento e estar atento às necessidades de seu aluno para que possa atendê-las efetivamente; estar preparado para oferecer diferentes oportunidades para os diferentes aprendizes; ter habilidade de administrar a progressão da aprendizagem de seus alunos; ser provocador e estimulador do senso crítico e da atuação de seus alunos em sociedade; ser ético e politicamente atuante; ser aberto a aprender sempre; e ser comprometido com sua profissão.

Enquanto professora, prezo pelo cumprimento dos direcionamentos da Linguística Aplicada; penso que uma pessoa, aqui em especial o professor, que organize bem suas ideias, que tenha facilidade em se expressar, que seja convincente, que mostre seu ponto de vista respeitosamente, que saiba respeitar opiniões dos outros, e que cativasse as pessoas à sua volta com sua oratória, consiga o respeito dessas pessoas. Mesmo que as opiniões ou pontos de vista não sejam mutuamente compartilhados, as partes envolvidas se admiram e, por isso, se aceitam. Detentor do talento de persuadir, sem o sentido pejorativo que a palavra também conota, esse professor pode ter seu ofício facilitado, pois se fará mais próximo de seu alunado, *falando mais a língua* dos

²Refiro-me a *professores de línguas estrangeiras* por ser minha área de atuação direta, e por isso mais familiar. Acredito, porém, que o perfil desejado para o professor e as competências para ele pensadas não sejam muito discrepantes para o professorado em geral.

discentes e, com isso, conquistando-os mais, arrebanhando-os mais na atividade de aprender.

3. Histórico da Argumentação

Ao iniciar uma discussão sobre a evolução da Argumentação, considero profícuo que se atente para as diversas alterações que esse tema vem sofrendo historicamente, no que diz respeito à sua conceptualização e a seus desdobramentos. Por tal razão – para conhecermos a transformação que o conceito tem sofrido ao longo da história – apresento uma síntese do entendimento que, com o passar do tempo, se tem tido sobre a Argumentação, o qual, para fins didáticos³, será apresentado em três momentos: a Argumentação na Antiga Retórica, a Argumentação na Nova Retórica e a Argumentação na Perspectiva Enunciativa/Dialógica.

Há controvérsias sobre o surgimento da Argumentação, entendida como um saber sistematizado. Para Breton (1999), seu aparecimento data do século V a.C., na região do Mar Mediterrâneo, com o nome de Retórica. Porém, Perelman e Tyteca (1958) registram estudos relativos à Argumentação no século XV a.C., na região da Sicília Grega, ou ainda mais anteriormente, mencionam ter a Argumentação origem nas atividades dos Sofistas, na Antiga Grécia (LEAL e MORAIS, 2006). Neste artigo, adoto, como ponto de partida para historiar a Argumentação, a Grécia Antiga.

3.1 Argumentação na Antiga Retórica

Pensar na Argumentação em sua forma mais remota, mais incipiente, traz à mente a figura do filósofo Aristóteles⁴, na Grécia antiga. Aristóteles atribuiu

³ Faço aqui uso da mesma divisão histórico-cronológica por períodos utilizada pela professora Dra. Fernanda Liberali, ao ministrar a disciplina “Perspectiva Enunciativo-discursivo-linguística de Argumentação”, no Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, na PUC SP, no 1º semestre de 2011, por considerá-la prática e de fácil entendimento.

⁴ Para melhor situar historicamente o leitor, opto por indicar as datas de nascimento e morte de cada um dos estudiosos que contribuíram para a evolução do termo Argumentação. Nesta nota, Aristóteles, filósofo grego, nascido em 384 a.C. e falecido em 322 a.C.

cientificidade ao corpo de conhecimento que se destinava a persuadir o outro, criou técnicas, categorias e regras ligadas ao bem falar e ao convencimento, tornando a Retórica, a arte do bem falar, uma ciência. Assim, vale ressaltar que dentro deste contexto histórico, Argumentação e Retórica são termos usados alternadamente, tendo em vista ser este último a compreensão do que, à época, significava o primeiro.

De natureza primordialmente prática, visando à defesa das necessidades dos cidadãos, a arte de persuasão pela palavra assumiu, à época, o desenvolvimento de discussões sobre qualquer tema que fosse controverso, não se restringindo ao que era demonstrável ou tocável, de caráter necessário e/ou verdadeiro, abrindo espaço, então, para o mundo do provável, do que poderia vir a ser verdade. Mosca (2004) afirma que, com Aristóteles, foi aberta a possibilidade de haver uma dialética entre a verdade e a aparência da verdade, criando-se, desse modo, um campo para a defesa do verossímil por meio de um discurso convincente, que produzisse efeitos no auditório – função argumentativa do discurso. A mesma autora esclarece que a Retórica abarca, ao mesmo tempo, uma técnica de argumentação e uma habilidade na escolha dos meios para executar a argumentação.

A arte de argumentar, segundo Aristóteles, era uma das estratégias que poderia ser usada pelos debatedores. Conforme Plantin (2008), na tentativa de organizar as disciplinas sob um paradigma clássico, a Argumentação está ligada à Lógica (arte de pensar corretamente), à Retórica (arte do bem falar) e à Dialética (arte do bem dialogar). Para Leal e Morais (2006), com os quais comungo o pensamento, a argumentação é oriunda desses três campos de reflexão mencionados. Considerando que Aristóteles vivia em uma sociedade ligada ao divino em que a razão deveria ser sempre demonstrada, esse pensador criou espaço para que a arte da Retórica pudesse contribuir para discussão sobre qualquer tema que gerasse dúvida, por meio de, basicamente, argumentos de duas naturezas diferentes – dedução ou indução, sendo que seu objetivo maior era o convencimento do outro à sua ideia.

Conforme mencionado acima, Aristóteles organizou a ciência Retórica, a qual era, nos tempos antigos, o entendimento que se tinha da Argumentação. Aristóteles a conceituou, definiu seus polos, seus tipos discursivos e seus componentes. São três os polos da persuasão retórica: *logos*, *ethos* e *pathos*. O primeiro, *logos*, está relacionado

com o conhecimento, propriamente dito, que o orador tem sobre o assunto em questão; o segundo, *ethos*, está ligado à disposição do orador em agradar sua platéia, em fazer com que essa o reconheça como crível e como autoridade no assunto; e o terceiro polo, *pathos*, está relacionado à emoção provocada pelo orador em seu auditório, já que Aristóteles entendia não ser suficiente apenas convencer o auditório: o orador deveria, também, comovê-lo.

Além dos polos que compõem a persuasão, Aristóteles classificou, ainda, os tipos de discurso da Retórica, a saber: o deliberativo, o judicial e o epidítico. O discurso deliberativo procura persuadir ou dissuadir alguém sobre alguma coisa que deve, ou não, ser realizada; é o discurso anterior à tomada de decisões, por isso o associamos com o futuro. O discurso judicial, ao contrário da temporalidade mostrada no discurso deliberativo, é um discurso que procura, em fatos já passados, elementos para a acusação ou defesa de alguém/alguma coisa, bem peculiar dos tribunais de justiça. Por fim, o discurso epidítico tem sua temporalidade no presente, porque louva, venera ou condena atos e comportamentos da época.

O sistema retórico aristotélico foi mais um legado desse período histórico da antiga Grécia. Esse sistema é composto por cinco partes, a saber: a *invenção*, a *disposição*, a *elocução*, a *ação* e a *memória*. Uma boa imagem para a *invenção*, primeiro componente desse sistema retórico, é um baú de onde o orador retira o conteúdo que usará na persuasão. Para tanto, é necessário que ele considere cuidadosamente o auditório para o qual está falando, o tempo em que se encontra, as ações e valores da comunidade à qual se dirige para, assim, escolher melhor seus argumentos. O segundo componente, a *disposição*, é a maneira como o discurso é apresentado: o exórdio, que é o preâmbulo, a introdução do discurso, momento em que se busca a atenção do auditório; a narração, ou descrição, quando são relatados, expostos, contados os fatos; a argumentação, com suas facetas de confirmação ou refutação e, finalmente, a peroração, que equivale à conclusão, à finalização, ao epílogo. O terceiro componente do sistema retórico é a *elocução*, que é a forma de exprimir o pensamento em forma de palavras, estando dessa forma, ligado às opções linguísticas, lexicais e textuais feitas para a expressão, considerando adequação, clareza, correção, concisão, e elegância das alternativas que tem o orador. A *ação* é o quarto componente desse sistema e diz respeito, basicamente, ao gestual utilizado pelo orador durante a

pronúncia de seu discurso. O quinto elemento é a *memória*, que se relaciona ao arquivamento do material a ser comunicado.

Nota-se, portanto, que as sementes para o que hoje entendemos como Argumentação foram plantadas durante os anos da antiguidade grega. Autores modernos, como a seguir mencionados, fazem referência ao trabalho de Aristóteles por reconhecerem a importância de seus estudos para o desenvolvimento da ciência do bem falar, bem como as implicações de sua teoria para a evolução do termo Argumentação.

Plantin aponta que lugares argumentativos são “os locais que organizam o debate e que permitem processar certas perguntas em função das normas de uma cultura” (PLANTIN, 2008, p. 81). De acordo com Osakabe (1999), são três os lugares para que o desenvolvimento do discurso do orador, nos moldes aristotélicos, aconteça. Os dois primeiros estão relacionados com a temporalidade – o lugar do possível e do impossível; e o lugar do existente e do inexistente. Já o terceiro lugar está ligado à relatividade – o lugar da amplificação e da depreciação. Com o passar do tempo, especificamente no século XIX, a concepção de Retórica acima exposta, como a arte do bem falar, foi sendo aos poucos abandonada, refutada. Sofreu severas críticas e foi se deslegitimizando, sendo “cientificamente invalidada como método por ser incapaz de produzir o saber positivo” (PLANTIN, 2008, p. 19). Os homens daquela época entendiam, *grosso modo*, que ela não passava de um jogo, de uma trapaça. Apenas no século XX houve a retomada da Retórica, sob uma visão mais ampla, como será visto na próxima seção.

É possível que se estabeleça uma ligação entre um bom argumentador e um bom educador? Acredito que sim, pois um bom argumentador tem maiores chances de conquistar seus ouvintes e cativá-los com sua maneira de se expressar. Tendo seus alunos abertos para lhe ouvir e desejosos por conhecimentos, o educador poderá desempenhar seu trabalho de ensino com menos dificuldades. Também é possível fazer uma associação entre a Educação em seu espaço mais escolar e onde o professor mais atua, a sala de aula, com os preceitos que compõem o sistema retórico de Aristóteles. As cinco partes desse sistema – a personalização do planejamento da aula para uma específica turma, o esforço para obter a atenção dos alunos, a preocupação em adequar o discurso à realidade do alunado, o movimento do professor em sala de aula, e a

habilidade do professor em partilhar com sua turma um conhecimento que tem – são o que se deseja para cada aula. Da mesma forma, os polos da persuasão retórica, propostos por Aristóteles, nos remetem à sala de aula e à prática de um bom professor: o *logos* é uma condição básica do profissional, o *pathos* é o que vai diferenciar esse profissional dos demais, em função da captação da atenção dos alunos, e o *ethos* simboliza o reconhecimento da autoridade intelectual do professor.

Além disso, concordo com Pistori (2001), segundo quem a arte de bem falar permite ao cidadão maior participação em uma sociedade democrática. Se a Educação brasileira tem por premissa básica a construção de um cidadão participativo, questionador e transformador de realidade, será por meio da palavra que ele melhor desempenhará seu papel. Ter professores que sejam modelos de bons argumentadores poderá ser inspirador às gerações futuras.

3.2 Argumentação na Nova Retórica

Se, na Retórica Antiga, o filósofo que vem automaticamente à mente é Aristóteles, em um novo cenário, no da designada “Nova Retórica”, essa ciência está associada a dois nomes: ao filósofo de origem polonesa, Chaïm Perelman⁵, que viveu grande parte de sua vida na Bélgica, e ao filósofo e educador inglês Stephen Toulmin⁶. Ambos visaram resgatar a Retórica Antiga de maneira a incluí-la em um quadro mais abrangente da teoria da Argumentação, aproximando-se, por essa via, do entendimento que desta temos hoje em dia. Leal e Morais (2006, p. 13) expandem esse movimento, afirmando que houve busca de uma melhor contextualização da atividade argumentativa no uso diário. Parte-se da percepção de que a argumentação é uma forma discursiva, que é, por natureza, “atrelada às situações de produção”. Ribeiro (2009), por sua vez, afirma que a Nova Retórica descortinou um novo paradigma filosófico da Argumentação, por se preocupar tanto com a linguagem oral, quanto com a escrita.

Toulmin, segundo Leal e Morais (2006), ofereceu importante contribuição para esta visão contemporânea de Argumentação, assinalando a diferenciação entre

⁵Filósofo polonês Perelman, nascido em 1912 e falecido em 1984.

⁶Filósofo inglês Toulmin, nascido em 1922 e falecido em 2009.

argumentação formal e informal – esta última traz em si o conceito de *lógica informal*. A lógica buscada por Aristóteles, no período antigo, era denominada *lógica formal*, em que as conclusões advinham das premissas dadas. A lógica de Toulmin é característica dos discursos naturais, dependendo muito das estratégias que são criadas para o convencimento do auditório. Para Toulmin, então, a argumentação é “uma defesa de ideias não deduzidas necessariamente das premissas, pois as conclusões não são obrigatoriamente implicadas por elas” (LEAL E MORAIS, 2006, p. 13). Ressaltam, ainda, Leal e Morais (2006), os dois tipos básicos de discurso argumentativo, propostos por Toulmin: o simples, composto de ponto de vista, dados e justificativa; e o complexo, composto de ponto de vista, dados, justificativa, justificação da justificação, modelização e contra-argumentação.

Contrastada com a visão de Aristóteles sobre Argumentação – que se refere à Retórica e que prezava, primordialmente, pela defesa das necessidades particulares dos cidadãos –, a Nova Retórica pressupõe algumas condições para que a Argumentação se realize (PERELMAN, 1997): a argumentação deve ser localizada, estar inserida em um contexto, dirigir-se a certo auditório disposto a escutar, e que poderá sofrer ação pelo discurso do orador e que busca adesão à sua tese por meio de seu poder argumentativo. Basicamente, Perelman sintetiza os argumentos em quatro técnicas – três argumentos de ligação das ideias (os argumentos quase-lógicos, os baseados na estrutura do real, e os que fundamentam a estrutura do real) e os argumentos de oposição ou dissociação. Os *argumentos quase-lógicos* apelam para as estruturas lógico- matemáticas; os *baseados na estrutura do real* são alicerçados na experiência; os que *fundamentam a estrutura do real* são os que surgem por meio de exemplos, ilustrações, analogias ou metáforas; e os de *oposição-dissociação* são argumentos que contradizem uma noção. Para Plebe e Emanuele, citados por Pistori (2001), essa descrição das técnicas de argumentação são a grande contribuição de Perelman aos estudos da Argumentação.

No período da Nova Retórica, o auditório recebeu atenção especial, sendo seu papel desempenhado na Argumentação estudado mais profundamente. É, então, sugerida para o auditório uma nova classificação (PERELMAN E TYTECA, 1958; RIBEIRO, 2009): o *auditório universal*, constituído por toda a humanidade; o *auditório particular*, formado no diálogo; e o *auditório individual*, formado pelo próprio sujeito. Além de teorizarem a respeito do auditório, contribuindo dessa forma para o

desenvolvimento do entendimento acerca da Argumentação, duas outras contribuições de Perelman-Tyteca (1958) são explicitadas por Ribeiro (2009). A primeira diz respeito à eficácia da argumentação, que está diretamente atrelada à capacidade de aumentar a adesão do auditório. A segunda grande contribuição desses autores, segundo Ribeiro, é que a argumentação se cumpra em dois diferentes sentidos: a argumentação persuasiva e a convincente, sendo o primeiro sentido associado à ideia de auditório particular, e a segunda, ao auditório universal (PERELMAN E TYTECA, 1958).

A diferenciação entre auditório particular e auditório universal, trazida por Perelman-Tyteca, foi um aspecto bem criticado. A preocupação dos autores com a diferenciação dos auditórios teve por base a necessidade de se bem conhecer o auditório para buscar maneiras de trazê-lo para comungar com o ponto de vista do orador; já que é “em função do auditório que qualquer argumento se desenvolve” (PERELMAN, 1996, apud PISTORI, 2001, p. 98), ou ainda “ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores” (PERELMAN e TYTECA, 1958, p. 27). Por essa razão, Perelman-Tyteca propuseram a existência do auditório universal, que seria constituído por toda a humanidade, e as críticas recebidas remetem à *inexistência* de tal auditório.

Apesar das críticas ao seu trabalho, Perelman é o autor, de acordo com Osakabe (1999), que redefiniu a Retórica principalmente sob três aspectos: a expansão do seu campo, que passa então a englobar toda manifestação discursiva que tem a intenção de agregar a adesão do outro; a redução dos lugares onde a retórica se dá; e o caráter não-restritivo da argumentação, por sua natureza temporal. Para Ribeiro (2009), o aporte mais significativo de Perelman-Tyteca é o entendimento de argumentação enquanto produto de interação social, fato que traz mudanças significativas ao papel da Argumentação na Educação. Osakabe (1999) complementa seu pensamento com a afirmação de que Perelman fundou sua teoria sobre o domínio da fluidez, que se contrapõe a uma divisão do real.

No que tange à Educação, Perelman e Tyteca esclarecem que “o orador do discurso epidítico está muito próximo ao discurso do educador” (PERELMAN E TYTECA, 1958, p. 58), pois este discurso objetiva aumentar a intensidade de adesão do auditório e do orador. Além disso, o professor-orador não defende apenas seu ponto de

vista, mas o ponto de vista do auditório, e certamente necessita ter prestígio e autoridade pessoal para cumprir seu papel. Ainda, o discurso epidítico, bem como o discurso educativo visa, também, a criação de uma disposição entre os ouvintes – disposição para debater, e não simplesmente aceitar o que fora dito, reforçando dessa maneira ser a argumentação um produto de interação social, estimulando a troca e a escuta constantes entre professor e alunos.

3.3 Argumentação na Perspectiva Enunciativa/dialogica

Ao pensarmos em Argumentação na Antiga Retórica, vem à mente Aristóteles; na Nova Retórica, Perelman. Na perspectiva em causa neste item, a Perspectiva Enunciativa/Dialógica, o estudioso que simboliza esta tendência é o filósofo russo Mikhail Mikhailovich Bakhtin⁷. Esse filósofo estabelece, fortemente, a relação entre o discurso que cada um de nós produz e os discursos de outras pessoas, como se diversas vozes brigassem dentro e fora do enunciador, demonstrando a influência que os diálogos exercem reciprocamente para alcançar uma completude. Denomina-se “plurilinguismo” o conjunto de línguas que cercam o sujeito. Assim, o homem está circundado por um plurilinguismo social. Considerando ser a ação de uma pessoa, sempre ideologicamente associada ao seu discurso – discurso esse que é entendido como resultado de uma mistura resultante das palavras de outros.

Para Bakhtin (1934), dois discursos são essenciais: o discurso de autoridade e o discurso internamente persuasivo. Entendemos por *discurso de autoridade* o que transmite um único sentido como aquele a ser aceito, não admitindo “movimento” entre os participantes do discurso. Por outro lado, o *discurso internamente persuasivo* provoca transformações significativas, já que o significado de algo é circundado em parte pelo que você diz e em parte pelo que o outro diz. Transformação sugere Argumentação. No discurso internamente persuasivo, depois de apresentadas as afirmações, a polêmica se instaura e as vozes então tentam apresentar recursos que sustentem suas afirmações para se chegar ao acordo de proposições. Ou seja, a Argumentação é um processo de consideração pelo outro (MOSCA, 2004) e se situa

⁷Filósofo russo Bakhtin, nascido em 1885 e falecido em 1975.

dentro do universo de situações e relações dialógicas entre sujeitos, apresentando, portanto, o que Mosca chama de “tensividade retórica”. Apesar de tal tensividade entre *palavra própria* e a *palavra do outro*, tenta-se desenhar um esclarecimento dialógico mútuo – daí surge o construto liberdade, defendido por Bakhtin, o qual reforça a ideia de direito à expressão por meio da defesa de sua ideia. O papel da Argumentação, nessa perspectiva, então, é de “libertar-se do domínio da palavra do outro” (BAKHTIN, 1934, p. 35), tendo claro para si que é possível construir e defender seus próprios conceitos e opiniões, assumindo um papel essencial na formação ideológica do homem, historicamente situada.

Bakhtin fala, ainda, sobre *hibridização*, a mistura de duas linguagens sociais no interior de um enunciado. Classifica a hibridização como involuntária e intencional, sendo a *hibridização involuntária* aquela resultante de línguas que se misturam ao longo da história, e a *hibridização intencional* aquela resultante do enfrentamento consciente de duas linguagens para “reinar” no enunciado.

Na esfera da Educação, o papel que a Perspectiva Enunciativa/Dialógica desempenha é de real destaque, já que sugere a colaboração entre parceiros, indicando a necessidade da produção de conhecimentos que seja compartilhada entre seus participantes. Necessário se faz, então, resgatar aspectos da psicologia histórico-cultural de Lev Smenovitch Vygotsky⁸ à educação. Pontecorvo (2005) destaca, dentro deste tema, o imprescindível papel da interação social nos processos de construção do conhecimento e de alteração cognitiva que se efetivam no ambiente escolar. Também para Vygotsky, a linguagem desempenha um papel crucial nas interações sociais, sendo o instrumento mais importante para o desenvolvimento de funções superiores de nossas mentes.

Ao falar em Vygotsky, torna-se fundamental mencionar a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD), que é o espaço ou uma zona de construção, onde o professor pode fazer operações para que seus alunos se movam de um certo conhecimento para outro conhecimento mais avançado, o que não conseguiriam fazer sozinhos, senão pelo andaime oferecido pelo par mais competente, o professor ou um outro colega. A ZPD está intimamente ligada à consideração que temos pelo outro, que

⁸Psicólogo bielo-russo Vygotsky, nascido em 1868 e falecido em 1934.

era, para Bakhtin, a essência da Argumentação. O “pensar em conjunto” (PONTECORVO, 2005a, p. 71) é a base para a coconstrução do raciocínio, que implica em cooperação. Para a autora, a conexão entre pensar e argumentar se torna mais evidente e explícita durante diferentes formas do discurso social, como o diálogo, a conversação ou a discussão. Ainda para Pontecorvo (2005a), o discurso que acontece durante a atividade de ensino é uma das maneiras mais importantes pelas quais o professor tenta alcançar seus objetivos educacionais.

Desenvolvidos os três períodos históricos, mencionados no início deste artigo, pondero, a seguir, acerca de reflexões acima expostas e da formação de professores.

4. Formação de professores argumentadores

A formação de professores de línguas, materna ou estrangeira, é uma das áreas de grande interesse da LA (MOITA LOPES, 1996). Por estar esta área de estudos fundamentada na linguagem como prática social, na não-neutralidade de nossas práticas discursivas, e na multiplicidade de sistemas para a construção de sentidos (FABRÍCIO, 2006), penso que programas de formação de professores, sejam eles de natureza inicial, especializada ou continuada (ALMEIDA FILHO, 1997) deveriam contemplar a Argumentação em seus programas para que o professor do futuro esteja em consonância e domine os aspectos listados por Fullan (1993), a saber: 1. causar impacto na vida de seus alunos; 2. aumentar seu conhecimento pedagógico de forma constante; 3. ter ciência dos problemas de ordem de política educacional e desenvolvimento social; 4. trabalhar de maneira colaborativa e interativa; 5. saber trabalhar em novas estruturas, bem como estar aberto aos processos de transformação; 6. cultivar um comportamento indagador, e 7. estar sempre aprendendo.

Cientes do perfil do profissional que precisamos para transformar nossas salas de aulas em ambientes acolhedores onde o aprendizado aconteça, é desejável que o professor, sendo um bom orador, comunique-se eficazmente, promovendo o diálogo e a reflexão crítica. O professor que idealizamos tem conteúdo a ser partilhado e o faz de maneira interdisciplinar, fazendo associações com o mundo vivenciado pelas pessoas que compõem seu auditório e, por essa razão, está atento aos acontecimentos que o

rodeiam. Além disso, é desejável que um bom argumentador tenha consciência de que sua prática seja condizente com o seu discurso, o que sugere ser uma pessoa admirada e respeitada por seu público. Ainda, esse professor que buscamos, conscientes de que a reunião de todas essas características o tornará distante do realizável, deveria ser uma pessoa eloquente, criativa e original na exposição de suas ideias, que tem um objetivo a ser alcançado e sabe utilizar bem os recursos linguísticos e discursivos com propriedade: boa escolha de vocabulário, clareza de expressão, voz, gestual, e até mesmo suas pausas e seus exemplos. Por fim, queremos um “professor argumentador” que não encare apenas verdades absolutas, mas consciente sobre a relativização dos sentidos e das interpretações que podem aflorar em sua sala de aula.

Concordo com Miccoli que a “docência deveria ser, apenas, para pessoas com perfil adequado – com vocação para exercer a profissão; com personalidade e temperamento adequados ao enfrentamento dos desafios da prática” (MICCOLI, 2013, p. 29), e alio a este perfil a capacidade de ser um bom argumentador como uma ferramenta valorosa. Desafios na formação do professor são temática recorrente na literatura da área (GIMENEZ, 2005) e, claramente, defendo que os pressupostos da Argumentação, entendida dentro do pensamento da Perspectiva Enunciativa/Dialógica, como base para a coconstrução do conhecimento entre os aprendizes, incluem aqui também o professor, são importantes e significativos para o perfil do professor pelo qual se anseia. Tendo em vista as características de um bom argumentador, não poderiam estar os professores mais capacitados a terem uma relação mais profícua com seus alunos no que tange à atenção que lhes é dispensada, assim como à atenção e à disposição que os alunos dedicam aos estudos? – fica aqui o meu convite para esta reflexão!

5. Considerações finais

Considero ser a competência do bem falar, a Retórica, uma sólida base da habilidade de Argumentar. Os oito elementos básicos da Retórica (MOSCA, 2004), a seguir explicitados, bem resumem as características almejadas por um professor que se destaca por ser também um bom argumentador: seu caráter prático e teórico; as

possibilidades de intercâmbio com outras disciplinas; a contribuição dos estudos da linguagem para a descrição do ato discursivo; seu caráter globalizante; sua intervenção plurissignificativa; sua concepção ampla e específica; sua competência; e sua tensividade. Não afirmo que apenas esses aspectos sejam de importância para a compreensão do tema Argumentação ao longo dos tempos, mas suponho que os elementos ora destacados pela autora dão uma dimensão das características que podem fazer de um educador um argumentador mais presente, mais envolvente e mais criativo.

Assim sendo, acredito que todo professor deva almejar a habilidade de organizar sua palavra, seu discurso, e saber dirigi-lo ao público que procura cativar, para que, dessa forma, essa sua audiência se torne aberta a ouvir e confortável a propor, criando, assim, um ambiente social favorável ao compartilhamento de informações, experiências e questionamentos entre esses dois segmentos diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem no contexto escolar: professor e aluno. Considero, portanto, que a relação do professor com seu alunado seria mais produtiva, mais eficaz, mais confiável e mais frutífera. Por fim, destaco um fundamento de cada período histórico por mim exposto, a título de ilustração de elementos-chave, como um quesito para uma melhor condição da educação em nossa sociedade: 1. da teoria aristotélica, na Antiga Retórica, as “artes” que constituem a “arte” de Argumentar: a arte de pensar corretamente, a Lógica; a arte do bem falar, a Retórica, e a arte do bem dialogar, a Dialética; 2. das propostas de Perelman, na Nova Retórica, ser o objetivo da Argumentação “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos” (LOBO NETO, 2005, p. 12⁹); 3. Da filosofia bakhtiniana, na Perspectiva Enunciativa/Dialógica, o espírito de coconstrução e cooperação preconizado pela proposta vygotskyana ZPD.

Alicerçando a formação de professores e, esperançosamente, a prática de professores, nesses três pilares que elenquei no parágrafo acima, busco estabelecer uma ligação mais contundente entre os estudiosos do passado e os do presente. Por conseguinte, acredito que o professor-argumentador não seria apenas um benefício para si próprio, para suas aulas, mas também seria exemplo para futuros cidadãos mais engajados em seus pensamentos e em suas ações na sociedade em que vivem. Nesse

⁹Do texto *A Argumentação em Educação – um estudo preliminar a partir das contribuições de Chaim Perelman*, de autoria de Francisco José Silveira Lobo Neto, disponibilizado na disciplina “Perspectiva Enunciativo-discursivo-linguística de Argumentação”, anteriormente citada, também em nota de rodapé.

contexto, acredito que uma definição de Abreu esteja em sintonia com o presente entendimento que tenho sobre Argumentar como sendo “... vencer junto com o outro, caminhando a seu lado” ou ainda “... preocupar-se em ver o outro por inteiro, ouvi-lo, entender suas necessidades, sensibilizar-se com seus sonhos e emoções (ABREU, 1999, p. 93)”.

Recebido em: 04/2013; Aceito em: 06/2013.

Referências bibliográficas

- ABREU, A. S. 1999. A arte de argumentar– gerenciando razão e emoção. São Paulo: Ateliê Editorial.
- ALMEIDA FILHO, J.C.P. 1993. Dimensões comunicativas no ensino de línguas. Campinas: Pontes.
- _____. 1997. Tendências na formação continuada do professor de língua estrangeira. In: APLIENGE – ensino e pesquisa. Publicação da Associação dos Professores de Língua Inglesa do estado de Minas Gerais, 1:29-34. Belo Horizonte.
- _____. (Org.) 1999. O professor de língua estrangeira em formação. Campinas: Pontes.
- ANTUNES, C. 2001. Glossário para Educadores(as). Petrópolis: Vozes.
- _____. 2004. Como desenvolver as competências em sala de aula. 5a.ed. Petrópolis: Vozes.
- BAKHTIN, M. 1934/35 - 1975/1998. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. Trad.: A.F. Bernadini. São Paulo: Editora UNESP: HUCITEC.
- BASSO, E.A. 2001. A construção social das competências necessárias ao professor de língua estrangeira: entre o real e o ideal. Tese de Doutorado, IEL, UNICAMP.
- BRASIL. Lei 9.394/1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27839.
- BRETON, P. 1999. A argumentação na comunicação. Trad.: V. Ribeiro. Bauru: EDUSC.
- BROWN, H.D. 2001. Teaching by principles- an interactive approach to language pedagogy. 2a.ed. New York: Longman, Inc.

- CANALE, M; SWAIN, M. 1980. Theoretical bases of communicative approaches to second language teaching and testing. *Applied Linguistics*, 1.1: 1-47.
- CELANI, M.A.A. 2001. Ensino de línguas estrangeiras – ocupação ou profissão? In: V. LEFFA (Org.), 2001, O professor de línguas– construindo a profissão. Pelotas: EDUCAT, p. 21-40.
- CELCE-MURCIA, M. 1991. Teaching English as a second or foreign language. Boston: Heinle&Heinle.
- CONSOLO, D.A.; SILVA, V.L.T. (Orgs.) 2007. Olhares sobre competências do professor de língua estrangeira: da formação ao desempenho profissional. São José do Rio Preto: HN.
- DICIONÁRIO MICHAELIS. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009. Disponível online em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 02ago 2013.
- FABRÍCIO, B.F. 2006. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem” – redescrições em curso. In: L.P. MOITA LOPES (Org.), 2006, Por uma Linguística Aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial.
- FULLAN, M. 1993. Change forces– probing the depths of educational reform. London: The Falmer Press.
- GIMENEZ, T. 2005. Desafios contemporâneos na formação de professores de línguas: contribuições da Linguística Aplicada. In: M. FREIRE; M.H. VIEIRA ABRAHÃO; A.M.F. BARCELOS (Orgs.), 2005, Linguística aplicada & contemporaneidade. São Paulo: ALAB; Campinas: Pontes Editores.
- HALL, S. 2001. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad.: T.T. Silva. 6a.ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- HARMER, J. 1994. The practice of English language teaching. 7th impression. Essex: Longman.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. 2001. Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva.
- HYMES, D. 1972. On communicative competence. In: J.B. PRIDE; J. HOLMES (Orgs.), 1972, Sociolinguistics. Harmondsworth: Penguin, p. 269-293.
- IMBERNÓN, F. 2002. Formação docente e profissional– formar-se para a mudança e a incerteza. 3. ed. São Paulo: Cortez.
- LEAL, T.F.; MORAIS, A.G. 2006. A argumentação em textos escritos – a criança e a escola. Belo Horizonte: Autêntica.
- LIBÂNEO, J.C. 2011. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e a profissão docente. 13a.ed. São Paulo: Cortez.
- MELLO, G.N. 1987. Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Cortez.
- MICCOLI, L. 2013. Aproximando teoria e prática para professores de línguas estrangeiras. Belo Horizonte: Fino Traço.

- MOITA LOPES, L.P. 1996. Oficina de Linguística Aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado de Letras.
- MOSCA, L.L.S. (Org.) 2004. Retóricas de ontem e de hoje. 3a.ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- OSAKABE, H. 1999. Argumentação e discurso político. 2a.ed. São Paulo: Martins Fontes.
- PERELMAN, C. 1997. Retóricas. São Paulo: Martins Fontes.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. (1958) Tratado da Argumentação – A Nova Retórica. Trad.: M.E.A.P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2a.ed., 2005.
- PERRENOUD, P. 2000. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed.
- PERRENOUD, P.; THURLER, M.G.; MACEDO, L.; MACHADO, N. J.; ALESSANDRINI, C.D. 2002. As competências para ensinar no século XXI - A formação dos professores e os desafios da avaliação. Porto Alegre: Artmed.
- PISTORI, M.H.C. 2001. Argumentação jurídica – da antiga retórica a nossos dias. São Paulo: Editora LTR.
- PLANTIN, C. 2008. A Argumentação – história, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola.
- PONTECORVO, C. 2005. A contribuição da perspectiva Vygotskiana à Psicologia da Educação. In: C. PONTECORVO; A.M. AJELLO; C. ZUCCHERMAGLIO, 2005, Discutindo se aprende - interação social, conhecimento e escola. Capítulo 1. Trad.: C. Bressan. Porto Alegre: Artmed.
- PONTECORVO, C. 2005(a) Discutir, argumentar e pensar na escola – o adulto como regulador da aprendizagem. In: C. PONTECORVO; A.M. AJELLO; C. ZUCCHERMAGLIO, 2005, Discutindo se aprende - interação social, conhecimento e escola. Capítulo 4. Trad.: C. Bressan. Porto Alegre: Artmed.
- RAJAGOPALAN, K. 2003. Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e questão ética. São Paulo: Parábola Editorial.
- RIBEIRO, R.M. 2009. A construção da argumentação oral em contexto de ensino. São Paulo: Córtext.
- SCHÖN, D. 2000. A. Educando o profissional reflexivo – um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed.

Christine Sant'Anna de Almeida has a Master's Degree in Applied Linguistics from the Federal University of Minas Gerais (Brazil) and is currently taking a Doctorate Degree at the Postgraduate Program of Applied Linguistics from the Catholic University of São Paulo (Brazil), where she has a scholarship from CNPq (a funding agency maintained by Brazil's Ministry of Science and Technology). She is an English teacher with experiences in language institutes, public schools, and undergraduate programs. Her research interests focus on teacher education, and English language teaching. Email: christinealmeida2013@gmail.com.